

Público
P2

15-03-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Diversos

Dimensão: 7514 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4 a 9



DANIEL ROCHA

António Vitorino, o mestre dos bastidores do poder

P4 a 9

António Vitorino

Advogado,

político

e lobbyista



Ministro, comissário europeu, advogado, comentador, consultor e analista. António Vitorino, 63 anos, conhece bem os corredores do poder. E, por isso, é chamado a fazer pontes para fazer as coisas acontecerem. No período em que era sócio do escritório de advogados Cuatrecasas, não recebeu apenas de empresas da órbita do ex-embaiador de Espanha, Raul Morodo, visado em processos por fraude fiscal e branqueamento de capitais. Foi remunerado por serviços a firmas de consultoria portuguesas, uma delas com extensões a África. O P2 investigou os bastidores e encontrou histórias por contar

Por Cristina Ferreira

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Diversos

Dimensão: 7514 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4 a 9



A associação de António Vitorino, actual responsável pela Organização Internacional para as Migrações, instituição das Nações Unidas (ONU), a episódios polémicos e a empresas instrumentais não é nova e já lhe valeram a alcunha de “lobbyista”. Apontado nas últimas décadas ao epicentro de operações controversas, algumas mais mediáticas do que outras, e muitas a dependerem de aprovações governamentais, o ex-ministro, ex-deputado e ex-comissário europeu interveio, enquanto advogado da espanhola Telefónica, na estratégia que ajudou a derrubar as barreiras levantadas por José Sócrates à venda da posição da Portugal Telecom na brasileira Vivo. Em 1999, já em Bruxelas, posicionou-se ao lado do banco espanhol Santander, a cujos órgãos sociais pertencera (e que vai recuar de volta a Lisboa), contra o Estado português, na venda da Mundial Confiança, vetada pelo ex-ministro das Finanças António de Sousa Franco.

Até aqui, António Vitorino tem sido um nome incontornável no meio político, social e económico, o que levou, em 2018, o actual primeiro-ministro António Costa a empenhar-se na sua nomeação para chefiar a Organização Internacional para as Migrações, instituição das Nações Unidas (ONU), presidida por António Guterres, a cujo governo ambos pertenceram na década de 1990.

Mas há cerca de um mês a imagem do ex-ministro da Presidência e da Defesa Nacional de Guterres foi abalada quando se soube que a Fiscalia Anticorrupção de Madrid, o visava no inquérito a Raul Morodo, o ex-embaixador de Espanha em Portugal (1995-1999) e na Venezuela (2004-2008), e ao seu filho Alejo, ambos advogados. Os dois são suspeitos de corrupção, de fraude fiscal e de branqueamento de capitais, por alegado desvio, entre 2008 e 2013, de 4,4 milhões de euros da petrolífera estatal venezuelana PDVSA.

Movimentos que Raul Morodo justificou como pagamentos por “serviços de assessoria jurídica e gestão legal de documentação em matéria de direito mercantil, fiscal e contabilístico no Reino de Espanha e Portugal à Petróleos da Venezuela e ao Ministério da Energia e Petróleos”, explicações que as autoridades espanholas interpretaram como a “tentativa de dar uma aparência legal” ao dinheiro e de o “desvincular a sua origem ilícita”.

O tema, evidentemente, explodiu na comunicação social portuguesa, onde o ex-embaixador espanhol tem uma rede de contactos ao mais alto nível, além de Alejo Morodo ser genro de Manuel Dias Loureiro, ex-ministro social-democrata e ex-conselheiro de Estado de Cavaco Silva.

Mas o que projectou o assunto na arena mediática foi o conteúdo do relatório da Fiscalia: “É necessário investigar se os serviços de consultoria prestados pela Emab Consultores Lda. e António Manuel Carvalho Ferreira Vitorino que deram lugar a transferências são reais e se existe documentação que comprove os serviços”. Isto, ao relacionarem que, entre 2011 e 2016, a Emab (de Vitorino e da sua mulher Beatriz Demony de Carneiro Pacheco) recebeu 325 mil euros da Morodo Abogados e da Aequitas Abogados, ambas da órbita da família Morodo.

O ex-ministro português já veio sustentar que a sua inclusão nas investigações a Morodo é “totalmente infundada e difama- ➔

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Diversos

Dimensão: 7514 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4 a 9

tória" e que nunca teve "envolvimento com empresas venezuelanas, incluindo a PDVSA", a que apenas esteve ligado indirectamente através do escritório de advogados Cuatrecasas. Aclarou, porém, que os 325 mil euros recebidos resultaram de "serviços em assuntos referentes à União Europeia e às relações entre Portugal e Espanha". Verba que representa quase 30% da facturação da sociedade do político e advogado português.

Pela sua sensibilidade, o assunto foi percebido com preocupação por António Vitorino, que recorreu à receita habitual: a ameaça de "correspondente reacção pelas vias judiciais apropriadas". Mas se a intenção era a de travar a propagação de notícias, o que se verifica é que as suas intervenções do passado permanecem debaixo de escrutínio.

Ao P2, via sms, António Vitorino afirmou que as explicações anteriores "mantêm toda a actualidade", sem clarificar se "foi chamado ou se tomou a iniciativa de ir prestar declarações no âmbito do inquérito" ou dar detalhes sobre a relação com Raul Morodo, que conhece desde que o espanhol esteve em Lisboa como embaixador.

A unir alguns dos protagonistas do processo da Fiscalia estão ligações maçónicas em Espanha (Morodo) e em Portugal (Dias Loureiro e António Vitorino), o que explica a proximidade.

Política e dinheiro

Depois de figurar no inquérito da Fiscalia, ficou claro que ao lado do exercício de advocacia no Cuatrecasas, para onde entrou no início de 2005 (e saiu em 2018), António Vitorino desenvolvia outras actividades.

O P2 foi atrás de episódios em que interveio e recuperou temas antigos e recolheu testemunhos orais e escritos. E não foi por acaso que nos últimos 20 anos o ex-ministro de Guterres consolidou uma reputação como mediador de negócios e consultor de empresas reservadas a circuitos paralelos.

De acordo com depoimentos recolhidos pelo P2, António Vitorino manteve uma relação de prestação de serviços com a Domínio Capital (DC), presidida por Carlos Pinto Ferreira, com actividade e negócios em Angola, e em Moçambique, na Guiné-Bissau, no Brasil e em Timor-Leste, ainda que o seu nome não conste de nenhuma "publicação oficial" editada.

Ao P2, por escrito, o filho de Carlos Pinto Ferreira, Pedro, confirmou que Vitorino colaborou com a Domínio Capital, ligação que decorreu "a título privado" e em "alguns projectos desenvolvidos" e "sempre num regime de caso a caso". Sublinhou que "nunca assumiu qualquer posição accionista ou de membro do conselho de administração" ou "em qualquer uma das suas subsidiárias".

Diferentemente, à pergunta do P2 sobre a sua associação à Domínio Capital, Vitorino respondeu: "Conheço o CEO da Domínio Capital [Carlos Pinto Ferreira] há 30 anos" e "não tive qualquer relação contratual com a empresa".

A meio de Janeiro deste ano, no programa Grande Entrevista da RTP, Isabel dos Santos considerou que "os sócios" da Domínio Capital, Carlos Pinto Ferreira e o filho, Pedro Pinto Ferreira, "são conhecidos testas-de-ferro do engenheiro Manuel Vicente", o ex-vice-presidente de Angola, ex-presidente da Sonangol e ex-administrador do BCP. Estando no centro do escândalo *Luanda Leaks*, aproveitou para disparar: em articulação



NUNO FERREIRA SANTOS

com o actual Presidente de Angola, João Lourenço, montaram nos EUA uma campanha para a difamar.

As acusações foram rebatidas por Carlos Pinto Ferreira: "São falsas e infundadas" e "não existe qualquer relação accionista" ou "de prestação de serviço" com Manuel Vicente.

O próprio gestor da Domínio Capital avançou ao P2 que "tem sido consultor sénior e parceiro local para o mercado angolano da empresa Squire Patton Boggs, no seu contrato como *advisor* da Presidência da República de Angola para vários temas estratégicos que dizem estritamente respeito à relação entre os EUA e Angola". Uma ligação que, em todo o caso, recua à presidência de José Eduardo dos Santos.

A firma portuguesa considera-se uma "*boutique*" financeira. Tradução: uma empresa discreta. Em Moçambique, mediu negócios na área do Gás Natural, no Porto da Beira, em que Vitorino é mencionado como tendo desempenhado um papel.

A família Pinto Ferreira representa, no espaço África subsariana, a AtlasMara, do ex-CEO do Barclays, Robert Diamond, e do empresário do Ruanda Ashish Thakka. No seu leque de clientes, figuram as grandes petrolíferas mundiais Exxon, Riverstone, BP, Soco, Falcon Oil (associada ao empresário António Mosquito) e a Total, bem como o Carlyle Group, plataforma de *lobbying*, que teve



Investigado

No topo, António Vitorino no seu escritório, em 2015. Em baixo, prédio na rua Marcos Portugal, em Lisboa, morada da sociedade de advogados EMAB, Consultores Lda., de Vitorino e da sua mulher, empresa que está a ser investigada pelas autoridades espanholas

como principal rosto Frank Carlucci, o ex-embaixador dos EUA em Portugal e ex-director da CIA.

A esta lista somam-se outros clientes importantes: o Banco Nacional de Angola, o supervisor bancário e a petrolífera Sonangol, de que Manuel Vicente e Isabel dos Santos foram presidentes. E duas instituições portuguesas, a Caixa Geral de Depósitos e a Galp,

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Diversos

Dimensão: 7514 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4 a 9



DANIEL BOCHA

ex-presidente da Comissão Europeia, o social-democrata José Manuel Durão Barroso tornou-se administrador da Goldman Sachs, o banco norte-americano apanhado em casos de corrupção e de fraude. E acabou acusado por organizações não governamentais de "fazer lobby" em Bruxelas (uma actividade ilegal em Portugal), o que teve como efeito que uma "fonte próxima" do ex-primeiro-ministro se fosse queixar ao jornal *online* Observador: "O [António] Vitorino faz lobby pelo Santander junto de comissários europeus e nunca ninguém disse nada." Vitorino contrapôs que não perdia tempo com comentários anónimos.

A acção de lobby a que alude a tal "fonte próxima" de Barroso remonta a 1999, dois anos depois de se ter demitido do Governo de Guterres, na sequência de uma investigação do PÚBLICO que revelou que não cumprira com as suas obrigações fiscais. Nessa fase, Vitorino foi assumir, em Lisboa, a presidência da mesa da assembleia geral da filial do grupo Santander, então designado Banco Santander Central Hispano.

Possuindo à época uma pequena operação em Portugal, encabeçada por António Horta Osório, e insuficiente para as suas aspirações, a família Botín projectou aquisições.

No caminho encontrava-se o grupo de António Champalimaud, a Mundial Confiança, com o Totta, o Crédito Predial Português (CPP), o Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM), alvos de privatizações. Tratando-se de uma holding seguradora, cujo controlo fora igualmente adquirido ao Estado, qualquer mexida na capital obrigava a autorizações públicas.

Havia outra barreira: o Banesto, do espanhol Mario Conde, tomara em 1993 o controlo do Banco Totta por vias irregulares. E quando, no ano seguinte, o Banesto foi intervenido pelo Banco de Espanha, após acção das autoridades norte-americanas por outras ilicitudes, Madrid entregou-o ao Santander. Na sequência de acções diplomáticas, Emilio Botín concordou em entregar ao grupo Champalimaud as acções do Banesto no Totta, e que ali permanecerão estacionadas até 1999.

Ao anteciparem problemas, Botín e Horta Osório (agora CFO da Fundação Champalimaud), de um lado, e o industrial português, do outro, fecharam-se numa sala do Hotel Ritz, em Lisboa, até assinarem novo pacto.

Se a prioridade era dar o negócio por consumado, o plano revelou-se usado. Logo que os factos se tornaram públicos, o então ministro das Finanças de Guterres, António de Sousa Franco, atravessou-se em contramão: "Se querem guerra, vão tê-la"; "Portugal não é uma república das bananas".

Veio então sustentar que as duas partes ignoraram a exigência de comunicação prévia à tutela, como requerido pelo decreto-lei 94-B/98, que a estrutura da operação, de tão complexa que era, poderia afectar a supervisão da gestão e prudente do grupo e que o negócio interferia "com sectores estratégicos vitais" da economia.

O resultado do veto de Sousa Franco foi uma guerra jurídica levada pelo Santander até a Bruxelas, onde apresentou queixa contra o Estado português.

Dava-se o acaso de, nesse ano de 1999, António Vitorino estar em Bruxelas a desempenhar o cargo de comissário europeu com o pelouro da Justiça e Assuntos Internos, onde se movimentou, surgindo mesmo a defender as teses do banco espanhol e a considerar ilegal o veto de Sousa Franco. O então minist

tro acusou Vitorino de actuar em conflito de interesse, ao defender a entidade para quem trabalhara antes de assumir a função de comissário e de fazer tábua rasa do que considerou ser a violação da lei nacional.

Para acabar com a discórdia, António Guterres afastou Sousa Franco e delegou a pasta das Finanças no seu ministro da Economia, Joaquim Pina Moura. E Pina Moura actuou de forma salomónica: deu ao Santander o Totta e o CPP, e deixou para o Banco Comercial Português (que lançara, entretanto, uma OPA sobre a Mundial Confiança e não podia ser ignorado) o BPSM.

Meses depois, Guterres demitiu-se e Pina Moura foi presidir a uma empresa espanhola, a Iberdrola, o que foi considerado um prémio pela entrega do Totta e do CPP ao Santander.

Não existem tronos vazios. De regresso a Lisboa, em 2004, António Vitorino foi recuperar o lugar nos órgãos sociais do Santander Portugal, grupo a que se manterá ligado até 2018 – e onde esteve a partir de 2016 como administrador "independente", com responsabilidade num departamento crítico, o Comité de Remunerações.

No Verão de 2004, enquanto o PS discutia a sucessão de Ferro Rodrigues como secretário-geral, José Sócrates fez saber que só oficializava uma candidatura, em caso de indisponibilidade de António Vitorino. Ao saber que o ex-ministro não concorria, avançou. E uma das primeiras medidas como líder do PS foi encarregar Vitorino de coordenar o programa eleitoral para as eleições legislativas agendadas para o ano seguinte. A 12 de Março de 2005, Sócrates tomou posse com maioria absoluta.

Ao *Jornal de Negócios*, em 2011, Vitorino confessou que nunca o motivou particularmente "a ideia de exercer o poder". "Conhecer, perceber as regras, a vários níveis, nacional e europeu, é um factor de motivação." Talvez esteja aqui a explicação porque ficou de fora do primeiro Governo de José Sócrates (a quem irá visitar em 2015 ao Estabelecimento Prisional de Évora).

Cuatrecasas e Galp: caminhos cruzados

O PS ainda não tinha entrada em São Bento, quando, em Fevereiro de 2005, Emilio Cuatrecasas, presidente e fundador do gabinete espanhol Cuatrecasas (que absorvera o escritório Gonçalves Pereira, Castelo Branco & Associados), requisitou Vitorino para

ser sócio de capital, com delegação em Lisboa.

O convite chegou de Espanha e não se discutiu. Era natural, um passo necessário: mais do que "perito em Direito europeu", o que sempre dá jeito quando estão em causa operações transnacionais, Vitorino era próximo do novo primeiro-ministro.

A contratação de António Vitorino pela Cuatrecasas deu motivo ao *El País* para uma entrevista, onde foi apresentado como um "homem com excelentes relações com Espanha" e que "preside à assembleia geral do Santander Totta em Portugal" e "um especialista de excepção em relações jurídicas e empresariais entre" os dois países.

Não havia muita gente que conhecesse tão bem os corredores do Governo como o novo sócio do Cuatrecasas. A 14 de Setembro de 2015, soube-se que Vitorino tinha estado no Ministério da Economia, chefiado por Manuel Pinho, a tratar de um assunto relacionado com a Galp. E o Governo adjudicara ao Cuatrecasas a assessoria na recomposição accionista da petrolífera nacional. O caso chegou à Assembleia da República, onde os deputados da Comissão de Ética concluíram que o trabalho de António Vitorino na petrolífera nacional não lhes merecia reparo.

Passados 15 anos, o episódio atingiu-o em cheio. A sinalizou que a Morodo Advogados, de quem Vitorino recebeu honorários, prestara, por sua vez, serviços à Galp, entre 2009 e 2011. E que desde 2004, na sua lista de pagamentos, constava como "assalariado ou profissional" Alejo Morodo, filho do ex-embaixador de Espanha em Portugal e na Venezuela.

A 5 de Fevereiro de 2020, ao Observador, a Galp reconheceu que, entre 2008 e 2013, contratou, em Espanha, em regime de avença mensal, as firmas dos Morodo, para onde transferiu 317.240 euros. Os pagamentos resultavam de um acordo entre a PDVSA e a Galp para instalar quatro parques eólicos na Venezuela e para aquisição de combustível. A petrolífera nacional negou, em todo o caso, que os valores tivessem por destino a Emab, o que Vitorino também refutou.

Um imbróglão na PT

A discrição é um traço comum dos negócios privados a necessitarem de autorizações políticas, de que são exemplo as grandes operações de telecomunicações.

Desde 2003 que a Telefónica estava de olho nas acções da PT na Vivo, a operadora brasileira onde detinha idêntica posição. Mas, por acordo, quem mandava na Vivo eram os gestores portugueses. E um mercado de 200 milhões de consumidores é sempre disputado.

Na lista de avanços da Telefónica e da PT constavam sociedades de advocacia cuja especialidade ia para além da advocacia (ver PÚBLICO de 19/2/2012, de 2/11/2015 e de 16/8/2017): a JD Consultores, de José Dirceu, articulava-se em Lisboa com o escritório português Lima, Serra, Fernandes & Associados, chefiado por Fernando Lima, à época o grão-mestre do Grande Oriente Lusitano.

Não era sem razão que Dirceu tinha créditos de lobbyista. A sua influência chegava ao Palácio do Planalto, onde tinha sido chefe da casa civil de Lula da Silva, antes de ter entrado na cadeia, em 2005, acusado de ser a cabeça do *Mensalão* (referência a pagamentos indevidos a deputados).

Em 2010, a Telefónica entendeu que chegara o momento de terminar a fase do namoro à volta da Vivo. E mudou de tática, en-

detida por Américo Amorim e Isabel dos Santos e onde o Estado português possui 7%.

Pouca gente sabe que Vitorino prestou serviços, na década passada, à Domínio Capital. Mas também foi assessor do conselho de administração da firma norte-americana AT Kearney, o que a própria entidade confirmou ao P2.

Nos eventos que, por vezes, decorriam no topo do edifício Heron Castilho, na Rua Braamcamp, em Lisboa, onde a sociedade está instalada, o então advogado do Cuatrecasas era o orador-estrela dos encontros que a AT Kearney oferecia aos seus clientes e em que discursava sobre estratégia e geopolítica.

O que houve para que de repente a paixão que Vitorino sempre disse ter pela política fosse substituída, ou mesmo superada, por outras actividades paralelas? Talvez o dinheiro. É o que se depreende da resposta dada, em 2011, ao *Jornal de Negócios*, em entrevista a Anabela Mota Ribeiro, às críticas de que só queria "ganhar dinheiro": "Em Portugal, as pessoas acham que ganhar dinheiro é pecado, há ainda uma costela judaico-cristã muito forte."

Mexidas na banca

Todos sabemos que um político, um advogado e um consultor têm latitude de movimentos. Distante dos corredores de Bruxelas, o

“
António Vitorino é o [Daniel] Proença de Carvalho do PS José Manuel Barroso

volvendo um gabinete de advogados tradicionais, a Uria e Menendez (ligada a Daniel Proença de Carvalho), e delegando no Cuatrecasas a assessoria jurídica da operação. O comando foi entregue a Manuel Castelo Branco, o *managing partner* em Portugal.

No dia da assembleia geral, a 30 de Junho de 2010, onde, por fim, a PT iria aprovar a venda as suas acções da Vivo, a expectativa era de uma votação pacífica. As cartas tinham ficado marcadas na véspera, 29 de Junho. Enquanto na África do Sul decorria o Mundial de Futebol, com as seleções de Portugal e de Espanha a defrontarem-se, a Telefónica entendeu-se com a PT, subindo o preço. O negócio estava fechado. Aparentemente. O desfecho da AG acabou por não ser o esperado.

Ao início da manhã de 30 de Junho de 2010, o presidente do BES, Ricardo Salgado, que encabeçava o núcleo de accionistas portugueses da PT, foi a São Bento reunir-se com José Sócrates, para abordar o que se decidira na véspera. As versões do que ali se passou não coincidem. Há quem diga que os dois se articularam, outros que Salgado saiu de São Bento sem saber da intenção do primeiro-ministro.

A pesar dos esforços da Telefónica e de 73,91% dos accionistas da PT terem dado luz verde para vender a Vivo, o delegado do Estado, por razões de interesse nacional, accionou a *golden share* (500 acções com direito de veto).

Uma das repercussões da reviravolta foi a de adiar o acordo luso-espanhol alinhavado em torno da Vivo. A outra foi a de fazer mexer os peões no tabuleiro.

Diante das dificuldades, Emílio Cuatrecasas apareceu de armas e bagagens no escritório de Lisboa, onde permaneceu vários dias, 24h por 24h.

E como um advogado defende os interesses do cliente, apoiou-se em Vitorino, para afinar a estratégia destinada a reverter as consequências do veto de José Sócrates e repor o resultado do jogo. Era a lógica a funcionar.

Afinal, o sócio português de Emílio Cuatrecasas faz pontes. Numa entrevista que dará dali a meses, Vitorino descreveu a sua ideia de advocacia: "Tem muito a ver com 'ser um negociador', com a necessidade de encontrar plataformas", o que, "do ponto de vista intelectual, é bastante estimulante"; e aquilo de que "gosto na advocacia" é "o que encontro na política".

"Como sou do Porto, não estive envolvido no dossier Vivo", antecipou ao P2 o eurodeputado social-democrata Paulo Rangel, que deixou, entretanto, o Cuatrecasas. Disse ainda desconhecer se "Vitorino participou ou não". Concede, todavia, que Vitorino "estava muito ligado à própria presidência da sociedade em Espanha, sobretudo a Emílio Cuatrecasas". "Era, com toda a certeza, o português mais destacado, com um estatuto que mais nenhum possuía junto do conselho de administração do Cuatrecasas, de que era conselheiro. Era sempre convidado para intervir nas reuniões anuais da sociedade espanhola, onde discursava não sobre temas jurídicos, mas dando a sua visão sobre África e a América Latina."

Ora, as grandes estratégias estão cheias de coincidências e, por aquela altura, nos corredores do Cuatrecasas, no Marquês de Pombal, foi detectada uma ausência de Manuel Castelo Branco.

Um advogado que ali trabalha evoca: "Dizíamos: o 'Manef' [Castelo Branco] está em parte incerta, pois deixou de repente de apa-

recer no escritório e estranhámos, especialmente, por ser a operação mais importante [naquele momento] e por ele ser o líder da equipa."

O jornal espanhol *Cinco Dias* (7/9/2010) pôs em evidência os interesses a funcionar: "O sócio do Cuatrecasas Manuel Castelo Branco liderou a equipa que deu assessoria jurídica em Direito português, enquanto Emílio Cuatrecasas se centrou no tema da *golden share* usada pelo Governo português para vetar a venda da Vivo à Telefónica."

Entretanto, nos círculos políticos, fez-se saber que São Bento exigia à PT uma alternativa à Vivo para se manter viva no Brasil, um mercado gigante. Enquanto era cozinhado o novo entendimento, o lobbyista José Dirceu, colunista do *Brasil Econômico*, da Ongoing (testa-de-ferro do BES na PT), despontou em Madrid e em Lisboa a dar entrevistas. Uma delas foi ao *Diário Notícias* (8/7/2010): "Sempre defendi a fusão da Oi com uma empresa como a PT."

Era um sinal de que nos corredores as movimentações avançavam e um indicio de que na engrenagem estava metida a Oi, das construtoras Andrade Gutierrez e a La Fonte (Je-reissati), promotoras do esquema de corrupção *Lava-Jato*.

A interferência de Emílio Cuatrecasas para amenizar a oposição de José Sócrates surtiu efeito. Para um advogado do Cuatrecasas, Vitorino também "desempenhou um papel importante como elo de ligação a São Bento" e "muito discreto".

Finalmente, a 28 de Julho de 2010, três semanas depois do veto, a Telefónica subiu o preço em mais 350 milhões, para 7,5 mil milhões de euros, com o diferencial a ser pago em três tranches, até Outubro de 2011. E desemborçou-se da PT, que veio informar que iria adquirir 23% da Oi (que ficava com 10% da PT) por 3,75 mil milhões. Mais: apenas dois terços do que recebia se destinava a reforçar o capital da operadora brasileira, pois 1,3 mil milhões de euros seriam enviados directamente, e em partes iguais, para as contas das construtoras Andrade Gutierrez e La Fonte.

O resto da história é conhecido: o negócio foi um sucesso para a Telefónica; foi excelente para as construtoras Andrade Gutierrez e La Fonte, insolventes; rebentou com a maior empresa portuguesa, capturada pela agenda política e por accionistas endividados.

Alguma coisa falhou mais na mecânica. Dos dois lados do Atlântico, os vínculos que se estabeleceram conduziram as autoridades a recolher depoimentos, a vasculhar nos computadores apreendidos. O final é conhecido: José Sócrates, Lula da Silva, José Dirceu, Octávio Azevedo (Oi e Andrade Gutierrez), Ricardo Salgado, Amílcar Morais Pires (CFO do BES e administrador da PT), Zeinal Bava, Henrique Granadeiro, assim como as empresas de telecomunicação, Telefónica, PT, Vivo e Oi, foram anexados a processos de corrupção e um deles abarca o dossier Vivo.

Entre os réus do processo, estão os sócios da Ongoing que viviam no reino da fantasia. E abriram buracos no BCP e no Novo Banco, onde se contabilizam perdas de 700 milhões. Vasconcelos e Mora arrogam-se maçons da polémica loja Mozart n.º 49, da Grande Loja Regular de Portugal, onde se misturaram maçons, espíes e políticos de carreira.

Formalmente, era Nuno Vasconcelos que se exibia como o chefe da Ongoing, mas era a Rafael Mora (presença assídua na embaixada de Espanha no tempo de Morodo e no período seguinte) que se atribuía o *petit nom* de "o cérebro". Não é por acaso. Apesar de am-

“

Não é natural que um advogado em exercício, e seja ele quem for, preste serviços jurídicos a outra sociedade de advogados através de uma empresa que lhe pertença. Isso, não pode José Freitas

Entre o poder

Na página seguinte, de cima para baixo, Vitorino com Costa, Guterres e Sousa Franco na AR em 1996; o embaixador de Espanha na Venezuela Raul Morodo, ao centro, com Chávez e o ministro da Defesa espanhol; Vitorino à chegada ao XVII Congresso do PS, em 2011. Nesta página, conferência de imprensa na qual António Vitorino apresenta a demissão de ministro da Presidência

bos serem réus no inquérito judicial à venda da Vivo, Vasconcelos saiu-se pior do que Mora, cuja assinatura é pouco vista em documentos.

Em Portugal, o Ministério Público não terá apenas apurado que o negócio de telecomunicações luso-brasileiro dispersou bónus pelos gestores e dividendos extraordinários pelos accionistas. O Observador narrou suspeitas de que o negócio possa ter rendido ao ex-primeiro-ministro José Sócrates um bónus de oito milhões de euros.

No Brasil, as investigações policiais sobre este negócio têm sido a rotina. No final do ano passado, a 10 de Dezembro de 2019 (Globo), as autoridades estiveram nas instalações da Oi, da Telefónica e da Vivo, por actos ilícitos associados a "contratos celebrados entre 2004 e 2016" que "geraram repasses milionários" para terceiros, nomeadamente, para o filho de Lula da Silva, para o próprio ex-Presidente e para José Dirceu.

Num processo independente, em 2011, Emílio Cuatrecasas, com vínculos à Universidade de Navarra, associada à Opus Dei, foi citado pela por oito delitos, entre eles, o de burla, fraude fiscal e simulação de negócios. Em 2015, o advogado espanhol assinou um acordo com as autoridades espanholas que possibilitou uma diminuição da pena de prisão para dois anos e evitou a entrada na cadeia.

A líder da Cuatrecasas em Lisboa, Maria João Ricou, instada pelo P2 a comentar a intervenção do gabinete na *Operação Vivo* indicou apenas que "uma equipa de diversos advogados coordenada pelo então *managing partner* da sociedade, Manuel Castelo Branco" trabalhou no dossier Vivo, mas não esclareceu se Vitorino interveio.

"Por envolver matéria sujeita a sigilo profissional, sugiro que contacte directamente a Cuatrecasas", foi a resposta de António Vitorino.

E Castelo Branco esclareceu que tinha sido



advogado do grupo, com mandato desde o início e que esteve a representar a operadora na contestada assembleia geral da PT de 30 de Junho de 2010. E recusou-se a falar da execução do seu mandato ou a precisar se foi ou não afastado do dossier no período entre o veto de Sócrates e a sua anulação.

O distanciamento de Castelo Branco do Cuatrecasas foi temporário. Mal o Governo levantou as barreiras, voltou ao Marquês de Pombal, onde se manteve como *managing partner*, até 14 de Janeiro de 2011, altura em que deixou o gabinete espanhol.

Por sua vez, Diogo Horta Osório, à época sócio do Cuatrecasas, disse ao P2 que esteve a representar o cliente na AG de 30 de Junho de 2010 e garantiu que "Castelo Branco esteve sempre envolvido no dossier e Vitorino nunca esteve ligado à equipa destacada para assessorar a Telefónica". E que Castelo Branco "só saiu do escritório anos depois do negócio Vivo". O que não é verdade.

Um peixe de águas profundas

O ex-sócio do Cuatrecasas José Freitas relatou: "Todos sabíamos que o Vitorino tinha outras actividades para além de ser advogado, o que não é crime." E notou que "um advogado pode prestar serviços jurídicos a outra sociedade de advogados, sempre no âmbito da sociedade de que é sócio ou trabalha". "Não só pode, como é normal." De seguida, José Freitas produziu uma "aclaração teórica": "O que não é natural é que um advogado em exercício, e seja ele quem for, preste serviços jurídicos a outra sociedade de advogados através de uma empresa que lhe pertença. Isso não pode." E realça que os serviços que Vitorino prestou à Morodo Abogados "foi em assuntos europeus". Em linguagem de advogado, a ausência do termos "assessoria jurídica" faz toda a diferença.

Quando, em 2015, uma ala influente do PS,



onde estava Ferro Rodrigues, patrocinou a candidatura de Vitorino, à Presidência de República, o primeiro-ministro António Costa defendeu: "Vitorino reúne todas as qualidades para ser Presidente da República."

Mas o roteiro de "interesses" do actual responsável das Nações Unidas abriu brechas na família socialista, onde a voz mais estridente foi a do ex-chefe da Casa Civil de Mário Soares, José Manuel Barroso, que escreveu no Facebook: "Vitorino será um facilitador de negócios em Belém." Em depoimentos ao jornal *i*, equiparou-o a outro advogado português (este de José Sócrates): "É o [Daniel] Prouença de Carvalho do PS." E destacava que em 2018 António Vitorino não estava só no Cuatrecasas, sendo também "administrador do Santander, da Siemens Portugal, presidente das assembleias gerais da Brisa, da Finipro, da Novabase e do banco da Caixa Geral e do BPI em Moçambique, e presidente da Fundação Res Pública [do PS]." E até "é administrador dos CTT, cuja privatização o PS condenou". Um amigo do actual responsável da ONU comentou, sem ironia: "O Vitorino é um espírito livre."

António Vitorino é um peixe de águas profundas, com um historial de êxitos que lhe deram grande notoriedade e justificaram o convite para ser comentador semanal da SIC. Em 2011, contestou os que o condenavam por se ter virado para os negócios: "Quem deu 25 anos da sua vida à causa pública tem alguma autoridade para perguntar o que fizeram pelo país os que atiram essa pedra." Nada mais.

O tempo dirá se as notícias que têm chegado de Madrid não passarão apenas de uma dor de cabeça para o responsável pela Organização Internacional para as Migrações da ONU ou se as repercussões das investigações a Morodo vão para além disso.

cferreira@publico.pt

